



Tema:  
**"OS DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO  
NA UNIMEP"**



## 21º Congresso de Iniciação Científica

### PLANO DIRETOR E ECONOMIA URBANA: O CASO DE PIRACICABA (2000-2011)

#### Autor(es)

---

GILSON APARECIDO SABADIN

#### Orientador(es)

---

ELIANA TADEU TERCI

#### Apoio Financeiro

---

FAPIC/UNIMEP

#### Resumo Simplificado

---

A pesquisa teve como objetivo analisar o desenvolvimento econômico recente do município de Piracicaba (SP) à luz do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. A análise dos dados objetivou ressaltar o papel e a importância econômica das cidades médias na conjuntura recente, com destaque para o perfil socioeconômico da cidade de Piracicaba na década de 2000, resgatando as suas principais transformações, seus indicadores de crescimento de emprego e de renda, à luz da dinâmica do processo de urbanização brasileira e seus impactos sobre a constituição de cidades de porte médio no Estado de São Paulo. A pesquisa pautou-se ainda pelo estudo da engrenagem econômica e urbana do município de Piracicaba através da sistematização e análise de dados socioeconômicos produzidos por fontes seguras (IBGE, SEADE, RAIS & CAGED/MTE), além de instituições municipais (IPPLAP/P.M Piracicaba) e NPDR/UNIMED). Observou-se pelos dados obtidos que o setor dinâmico da economia piracicabana continua sendo a indústria de transformação, apesar do setor de serviços supera-lo em termos da participação no valor adicionado: o valor adicionado da indústria entre 2000 e 2010 oscilou positivamente de 35,1% para 36,9% enquanto que no setor de serviços teve uma redução em 2000 era de 63.0%. e, em 2010, foi de 61,3%, sendo, portanto, ainda o setor de serviços predominante na composição do valor adicionado do referido período. Observou-se particularmente as diretrizes definidas pelo PD e a eficácia do Estatuto das Cidades para além de seus enunciados normativos, buscando identificar aspectos particulares que tenham influenciado direta ou indiretamente no ordenamento urbano e econômico da cidade. O primeiro Eixo Estruturador do novo Plano era “promover a destinação socioeconômica dos vazios urbanos e integrar socioterritorialmente os bairros da cidade” visto que em seu diagnóstico identificava um vazio de quase 50% do perímetro urbano, ou seja o congelamento do perímetro era desejável. No entanto, entre 2004 e 2010 o perímetro foi aumentado oito vezes, alargando o vazio urbano em 52%, viabilizando legalmente o espraiamento da malha da cidade favorecendo a especulação imobiliária. Assim, foi possível observar que existe um grande desafio na aplicação dos novos instrumentos do Estatuto da Cidade que esbarram no direito de propriedade, principalmente em função da força histórica do capital imobiliário nas cidades brasileiras. Na realidade, a tendência das elites é consolidar o padrão de segregação socioespacial, uma vez que Planos Diretores e legislações que limitam o direito de propriedade e que promovam o mix de usos e classes sociais, podem representar uma ameaça para esse padrão privilegiado. Por fim, cabe lembrar que uma das condições para a superação do quadro descrito está em quebrar as barreiras que afastam os entes federativos, o judiciário, o parlamento, os demais atores da sociedade de uma ação conjunta e solidária para o desenvolvimento urbano no combate à desigualdade e a ampliação da democracia em nossas cidades.